



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

145
R

1ª Câmara de Direito Público

Agravo Legal nº 0290223-4 (N.P.U. 0000673-53.2010.8.17.0370)

Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho

Agravado: Transportadora Marcan Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA – PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. REJEITADA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ENTE MUNICIPAL. NEGLIGÊNCIA ADMINISTRATIVA. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. O automóvel da empresa agravada transitava pela Av. Historiador Pereira da Costa quando colidiu com o viaduto e, conforme o artigo 24, Inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro, competem aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: “implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário”. 2. No dia 11/06/2008, o ônibus de placa KGR 5892, de propriedade da empresa agravada, ao trafegar pelo centro do Município do Cabo de Santo Agostinho, colidiu a parte superior de seu veículo (ar-condicionado e carenagem) com o viaduto que cruza a Av. Historiador Pereira da Costa. 3. A questão central da presente ação diz respeito à responsabilidade civil da administração pública por negligência de seus administradores, que, no momento da inobservância de um dever de cuidado, causa dano a outrem. 4. A responsabilidade civil exsurge, de regra, da violação de um dever jurídico, que se constitui em fator gerador da obrigação de reparar o dano causado. Os elementos da responsabilidade objetiva da administração pública são: a conduta ilícita (porque não amparada pela norma como legítima) ou a omissão do dever fazer, o dano e o nexo causal. 5. No caso vertente, verifica-se que houve o dano (danificação da carenagem e de todo ar-condicionado do veículo), o nexo causal entre a conduta/omissão da administração e o dano material - emergente ocorrido com o apelado/agravado. 6. Na responsabilidade objetiva o responsável somente se exime do dever de ressarcir se provar a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito ou força maior. O que, *in casu*, não restou demonstrado. 7. tem a empresa apelada/agravada o direito a indenização por danos emergentes nos moldes estipulados na sentença “*a quo*”, ou seja, deverá o ente municipal indenizar a empresa autora na quantia de R\$ 38.289,08, conforme orçamento anexado aos autos às fls. 24/25. 8. Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

146
a

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0290223-4, figurando como recorrente o Município do Cabo de Santo Agostinho e como recorrida a Transportadora Marcan Ltda; acordam os Desembargadores que compõem a **PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

P. R. I.

Recife, 08/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

147
R

1ª Câmara de Direito Público

Agravo Legal nº 0290223-4 (N.P.U. 0000673-53.2010.8.17.0370)

Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho

Agravado: Transportadora Marcan Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relatório

O Município do Cabo de Santo Agostinho ingressou com o presente recurso de agravo (fls. 119/138) em oposição à decisão terminativa na Apelação Cível que, com base no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao referido recurso.

Expõe de forma reiterada, sumariamente, os mesmos argumentos trazidos no recurso anteriormente julgado, ou seja, em preliminar, que é parte ilegítima a figurar no polo passivo da presente demanda e, no mérito, que a empresa apelada agiu de forma desidiosa, ocasionando o acidente por negligência e imprudência. Segue afirmando, ainda, que o motorista do automóvel da empresa apelada resolveu passar por debaixo de um viaduto de altura nitidamente menor do que a altura de seu veículo, sem as devidas cautelas necessárias a serem empregadas à espécie do veículo que conduzia. Aduz que não restaram comprovados nos autos os danos materiais, nem os lucros cessantes e, os danos materiais se resumem apenas a dois orçamentos, que trazem possíveis valores para o conserto do veículo, sem que fosse colacionada qualquer nota fiscal indicando que o serviço foi devidamente realizado.

Ao final, pugna pelo juízo de retratação, a fim de reformar a decisão terminativa monocrática ora agravada, para fins de dar provimento ao recurso de apelação ou, se assim não entender, apresente o presente recurso para julgamento.

É o relatório.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

148
R

1ª Câmara de Direito Público

Agravo Legal nº 0290223-4 (N.P.U. 0000673-53.2010.8.17.0370)

Agravante: Município do Cabo de Santo Agostinho

Agravado: Transportadora Marcan Ltda

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

Voto

O presente recurso de Agravo Legal busca desconstituir Decisão Terminativa Monocrática que negou seguimento ao Recurso de Apelação em face de estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Sustenta o agravante, em preliminar, que é parte ilegítima a figurar no polo passivo da presente demanda e, no mérito, que a empresa apelada agiu de forma desidiosa, ocasionando o acidente por negligência e imprudência. Segue afirmando, ainda, que o motorista do automóvel da empresa apelada resolveu passar por debaixo de um viaduto de altura nitidamente menor do que a altura de seu veículo, sem as devidas cautelas necessárias a serem empregadas à espécie do veículo que conduzia. Aduz, ainda, que não restaram comprovados nos autos os danos materiais, nem os lucros cessantes.

Apreciando os fundamentos exarados na decisão impugnada, verifico que todos esses questionamentos foram rebatidos na decisão terminativa de fls. 109/114 dos autos.

Aduz o Município do Cabo de Santo Agostinho que é parte ilegítima na presente demanda, ao argumento de que a implementação de sinalização é obrigação do órgão de trânsito que tem responsabilidade sobre a via, e que, no caso dos autos, o viaduto com o qual colidiu o automóvel da empresa agravada está sob a responsabilidade do DER-PE – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco.

Cumpre, afirmar que, contrariamente ao sustentado pelo Município do Cabo de Santo Agostinho, o automóvel da empresa agravada transitava pela Av. Historiador Pereira da Costa quando colidiu com o viaduto e, conforme o artigo 24, Inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro, compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: *“implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário”*.

Cabe citar trecho do parecer da Douta Procuradora de Justiça: *“A lide situa-se em torno da sinalização da Avenida Historiador Pereira da Costa, e não quanto a viaduto em si”*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

149
PR

Destarte, rejeito a preliminar.

No mérito, melhor sorte não assiste à recorrente. É o que explico.

Adentrando no mérito da ação e sem maiores delongas, entendo que a decisão ora combatida deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Exsurge dos autos, que no dia 11/06/2008, o auto-ônibus de placa KGR 5892, de propriedade da empresa agravada, ao trafegar pelo centro do Município do Cabo de Santo Agostinho, colidiu a parte superior de seu veículo (ar-condicionado e carenagem) com o viaduto que cruza a Av. Historiador Pereira da Costa.

Afirma o agravado, que não havia nenhuma sinalização indicando a altura do viaduto, a fim de evitar acidentes de trânsito. Ademais, aduz que em virtude da colocação de massa asfáltica aumentou o diâmetro do piso o que resultou na diminuição do espaço (altura) existente na avenida em questão e o pontilhão da PE 60.

Diante dos fatos e das provas colhidas durante a instrução do processo, o magistrado “a quo” entendeu que muitos problemas no trânsito poderiam ser evitados apenas com a sinalização apropriada.

De fato, a questão central da presente ação diz respeito à responsabilidade civil da administração pública por negligência de seus administradores, que, no momento da inobservância de um dever de cuidado, causa dano a outrem.

Os principais argumentos em favor dessa regra advêm da doutrina. A responsabilidade civil exsurge, de regra, da violação de um dever jurídico, que se constitui em fator gerador da obrigação de reparar o dano causado. Os elementos da responsabilidade objetiva da administração pública são: a conduta ilícita (porque não amparada pela norma como legítima) ou a omissão do dever fazer, o dano e o nexo causal.

No caso vertente, verifica-se que houve o dano (danificação da carenagem e de todo ar-condicionado do veículo), o nexo causal entre a conduta/omissão da administração e o dano material - emergente ocorrido com o apelado/agravado.

Trago à baila jurisprudências de nossos tribunais a esse respeito, *in verbis*:

“APELAÇÃO.DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. DEFEITO NO SEMÁFORO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO.CULPA PRESUMIDA. SENTENÇA RATIFICADA EM SEDE RECURSAL.RECUSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.Versa o presente litígio sobre ação de indenização por danos materiais em decorrência de acidente de veículo que teria tido como fator



150
AL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

determinante a falha na sinalização de trânsito. 2. Enquanto a apelante não trouxe nenhuma prova sólida capaz de comprovar a ausência de defeito no semáforo ou mesmo o acionamento do "sistema de pane" para alertar os transeuntes de qualquer problema na sinalização; a apelada, por sua vez, deixou evidente e provado o fato causador do acidente, qual seja, a falha do semáforo. 3. É sabido que para a imputação da responsabilidade civil, conforme os arts. 927 e 186 do CC, são necessários os seguintes elementos: agente, vítima, dano, culpa e nexo de causalidade entre a conduta do agente e o prejuízo causado a vítima. O art. 37 da Constituição Federal em seu § 6º trata da responsabilidade objetiva dos agentes públicos. Ainda que deva existir para imputação da responsabilidade civil a presença da culpa e a comprovação do dano, no caso da responsabilidade dos entes públicos esta se trata de responsabilidade objetiva, não dependendo de comprovação de culpa para haja o dever de indenizar. Nessa mesma linha de raciocínio encontramos o parágrafo único do art. 927 e 43 do CC/02. 4. Assim, constata-se que, ocorrendo dano a terceiro e sendo este causado por ato dos agentes públicos, haverá, em regra, a presunção de culpa. Desta forma, caberia à apelante ônus probandi, que deveria reunir elementos para desconstituir esta culpa presumida, o que não o fez. 5. Ficou evidente o dano causado à apelada, assim como devidamente provado o nexo de causalidade entre o prejuízo sofrido pela vítima e o ato negligente do apelante. 6. Apelo IMPROVIDO. Sentença mantida em todos os seus aspectos. Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 193611620048170001 PE 0019361-16.2004.8.17.0001, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 06/03/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 47).

“APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. QUEDA EM BURACO EM VIA PÚBLICA. NEGLIGÊNCIA ADMINISTRATIVA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O Estado é responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo certo que, via de regra, essa responsabilidade é objetiva, bastando que a vítima demonstre o ato lesivo, o dano experimentado e o correspondente nexo causal. 2. No entanto, quando o ato lesivo resulta não da atuação administrativa, mas da sua omissão - seja porque a Administração tinha o dever legal de agir, mas não agiu, seja porque o fez tardiamente ou de modo ineficiente -, caracterizando a falta/falha do serviço, a responsabilidade do Estado manifesta-se na modalidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

151

subjetiva, dependendo, pois, da demonstração de culpa. 3. Na hipótese vertente, e após a análise da peça de contestação apresentada pelo Município de Ipojuca perante o Juízo a quo, importa ressaltar os seguintes aspectos que envolvem este caso específico: (i) a Administração Municipal reconheceu a existência do buraco causador do acidente que deu ensejo ao ajuizamento da ação de indenização originária; (ii) igualmente, admitiu a ocorrência do aludido acidente); (iii) alegou que o autor seria o único culpado pelo acidente, "uma vez que, conforme fotografias anexadas aos autos (...), se vislumbra a existência de uma tampa cobrindo o buraco existente na via pública"; (iv) argumentou que "o autor foi que não teve o devido cuidado ao transitar pela citada artéria, pois, já era do seu conhecimento da existência do referido buraco com sua tampa". 4. Diante desse quadro, evidencia-se a falha do serviço (a existência de buraco em via pública, sem proteção ou mesmo sinalização), isto a implicar no reconhecimento da responsabilidade da Administração Pública, cujo pressuposto, in casu, concretiza-se pela negligência administrativa. 5. Assim, e tendo presente a circunstância de que o Juízo a quo reconheceu tão-somente a existência de danos morais a serem reparados, deve a respectiva indenização ser compatível com a reprovabilidade da conduta, a intensidade e duração do sofrimento da vítima, a capacidade econômica do causador do dano, bem como as condições sociais do ofendido. 6. Na espécie, houve-se bem o julgador de primeira instância ao fixar, a título de danos morais, a quantia de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). 7. Por oportuno, vale a pena explicitar que: (i) em caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (cf. Súmula nº 54/STJ); e (ii) "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula nº 362/STJ), que, in casu, consiste na data da sentença proferida em primeiro grau de jurisdição. 8. *Apelo improvido*". (TJ-PE - APL: 2018 PE 159719-7, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 26/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 103).

À guisa de constatação, resalto que na responsabilidade objetiva o responsável somente se exime do dever de ressarcir se provar a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito ou força maior. O que, in casu, não restou demonstrado.

Vale ressaltar que os artigos 40 a 43 do Código Civil estabelecem regras quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público: "Art. 43. As pessoas jurídicas de direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

152
R

público são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiro, ressalvando direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo”.

Nessa linha, a Constituição Federal, em seu artigo 37, § 6º dispõe: “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa e dolo”.

Posto isso, sem laivo de dúvida tem a empresa apelada/agravada o direito a indenização por danos emergentes nos moldes estipulados na sentença “a quo”, ou seja, deverá o ente municipal indenizar a empresa autora na quantia de R\$ 38.289,08, conforme orçamento anexado aos autos às fls. 24/25.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos da Apelação Cível nº 0290223-4.

Recife, 08/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto